

Especialista avalia ação do Terceiro Setor no Brasil

O ADVOGADO PAULO HAUS MARTINS É CONSULTOR DA ÁREA DE LEGISLAÇÃO DA REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR (RITS) E ESPECIALISTA NAS QUESTÕES LEGAIS RELATIVAS AO SETOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

O advogado Paulo Haus Martins, consultor da área de legislação da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) e especialista nas questões legais relativas às políticas públicas, avalia como ímpar a participação do voluntariado no Brasil. Diferentemente dos países desenvolvidos, o brasileiro consegue driblar dificuldades e manter organizada a sua sociedade civil. O advogado critica o Código Civil Brasileiro e destaca a importância da organização do Terceiro Setor para mudanças mais significativas.

AG - Quais são as perspectivas para o voluntariado no Brasil?

PAULO HAUS - Há algum tempo houve o ano do voluntariado da Organização das Nações Unidas (ONU), que marcou a história do voluntariado no Brasil e no Mundo. O que se começou lá atrás, desde os movimentos que consolidaram as grandes ações de voluntariado no Brasil, acho que agora tende a se concretizar. É claro que há uma frustração agregada devido à falta de resultados imediatos. Então, o futuro do voluntariado depende de espaço para a democracia e também de preparo das próprias organizações do Terceiro Setor.

Como fica avaliada a atuação da iniciativa privada no Terceiro Setor?

Não há ainda empresas que saibam incentivar esse tipo de atividade e o Brasil está no meio do caminho. Espero que se consiga chegar a um ponto bom de desenvolvimento. Tenho muita confiança nisso. O relacionamento com o setor privado ainda é extremamente difícil. O setor privado está acostumado a resultados banais e não consegue entender os resultados sociais que acontecem. O Terceiro Setor possui a tendência de menosprezar a administração, a prestação de contas e a profissionalização na

captação de recursos. Ou seja, nectividade. Ou seja, não consegue entender como funciona o Terceiro Setor e, ao mesmo tempo, tenta tomar iniciativas próprias para poder dar conta.

Que desafios o senhor pode enumerar para o Terceiro Setor no Brasil?

Vários. Mas o desafio fundamental é ter a expectativa certa e histórica de que o Terceiro Setor é composto por organizações que são veículos que permitem a participação dos indivíduos na democracia, nas políticas públicas. Se o Terceiro Setor estiver sem uma perspectiva correta sobre o seu valor, o Brasil vai perder ainda algum tempo. Existem muitas organizações hoje em dia crescendo - com uma vontade muito grande de participar - e muito pouca clareza sobre como se deve atuar. Isso é natural dos movimentos sociais.

Qual a diferença do Terceiro Setor brasileiro para os demais países?

Não é só no Brasil que está acontecendo esse grito do Terceiro Setor. É no mundo inteiro. Mesmo nos EUA, onde se teve, durante muito tempo, uma forte atividade típica de Terceiro Setor, está havendo novas dimensões também. Na Europa, onde o Estado era extremamente presente e autoritário, o Terceiro Setor cresce de maneira bastante interessante. No Brasil, como nos países do Terceiro Mundo, acontece um fenômeno qualitativamente diferente. Não temos uma história democrática no sentido de o cidadão se sentir incluído na sociedade e o Terceiro Setor é o veículo disso, da inclusão social, econômica, etc. Para os brasileiros eu diria que há um valor agregado diferente por conta de nossa história. O curioso é que



Paulo Haus Martins disse que o brasileiro dribla as dificuldades e mantém organizada a sua sociedade civil

quanto mais desenvolvido o país, mais desenvolvida é a organização de sua sociedade civil. O Brasil ainda não é um país desenvolvido, mas tem se tornado cada vez mais organizado em sua sociedade civil. Essa então é a grande diferença brasileira no Terceiro Setor.

E com relação à qualificação da mão-de-obra para o Terceiro Setor?

O Terceiro setor é o veículo de participação do indivíduo na democracia das políticas públicas. Isso se manifesta de várias maneiras, por exemplo, quando você - ao invés de esperar que o poder público acabe com a miséria no País - se organiza para fazer programas sociais de inclusão social. Nosso despreparo não é exatamente na ação das atividades para o Terceiro Setor. Nosso despreparo é próprio das democracias não qualificadas, sem grandes experiências. Saber conviver em sociedade é o nosso grande desafio. Em matéria profissional, deve-se desvincular o Terceiro Setor de uma vertente político-partidária, para uma visão mais ética.

Há uma grande expectativa com relação a 2004, devido à mudança do Código Civil Brasileiro. Seria esse o princípio da legalidade para o Terceiro Setor?

Vejo uma total incompatibilidade do Código Civil com a história democrática brasileira. Ele foi escrito sob o regime do regime militar. Tecnicamente o Código Civil é muito bom, mas, política e socialmente é um desastre. É uma experiência que a gente deveria entender. O Terceiro Setor vai conseguir legalidade com o Código Civil? Não, ao contrário. Terá uma incompreensão absoluta. O Código Civil é um zumbi. Foi apresentado em 1974, no auge da ditadura militar, e foi aprovado no século XXI. É um zumbi

O advogado Paulo Haus Martins, consultor da área de legislação da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) e especialista nas questões legais relativas às políticas públicas, avalia como ímpar a participação do voluntariado no Brasil. Diferentemente dos países desenvolvidos, o brasileiro consegue driblar dificuldades e manter organizada a sua sociedade civil. O advogado critica o Código Civil Brasileiro e destaca a importância da organização do Terceiro Setor para mudanças mais significativas.

AG - Quais são as perspectivas para o voluntariado no Brasil?

PAULO HAUS - Há algum tempo houve o ano do voluntariado da Organização das Nações Unidas (ONU), que marcou a história do voluntariado no Brasil e no Mundo. O que se começou lá atrás, desde os movimentos que consolidaram as grandes ações de voluntariado no Brasil, acho que agora tende a se concretizar. É claro que há uma frustração agregada devido à falta de resultados imediatos. Então, o futuro do voluntariado depende de espaço para a democracia e também de preparo das próprias organizações do Terceiro Setor.

Como fica avaliada a atuação da iniciativa privada no Terceiro Setor?

Não há ainda empresas que saibam incentivar esse tipo de atividade e o Brasil está no meio do caminho. Espero que se consiga chegar a um ponto bom de desenvolvimento. Tenho muita confiança nisso. O relacionamento com o setor privado ainda é extremamente difícil. O setor privado está acostumado a resultados banais e não consegue entender os resultados sociais que acontecem. O Terceiro Setor possui a tendência de menosprezar a administração, a prestação de contas e a profissionalização na captação de recursos. Ou seja, sem largar a poesia, é necessário ser profissional e, para o setor privado, sem largar o profissionalismo, é necessário entender a poesia. No dia em que se conseguir trocar essa mensagem entre os dois setores, haverá grandes avanços. Até agora, o que se tem visto é o setor privado extremamente com vontade de participar e sem co-

nectividade. Ou seja, não consegue entender como funciona o Terceiro Setor e, ao mesmo tempo, tenta tomar iniciativas próprias para poder dar conta.

Que desafios o senhor pode enumerar para o Terceiro Setor no Brasil?

Vários. Mas o desafio fundamental é ter a expectativa certa e histórica de que o Terceiro Setor é composto por organizações que são veículos que permitem a participação dos indivíduos na democracia, nas políticas públicas. Se o Terceiro Setor estiver sem uma perspectiva correta sobre o seu valor, o Brasil vai perder ainda algum tempo. Existem muitas organizações hoje em dia crescendo - com uma vontade muito grande de participar - e muito pouca clareza sobre como se deve atuar. Isso é natural dos movimentos sociais.

Qual a diferença do Terceiro Setor brasileiro para os dos demais países?

Não é só no Brasil que está acontecendo esse grito do Terceiro Setor. É no mundo inteiro. Mesmo nos EUA, onde se teve, durante muito tempo, uma forte atividade típica de Terceiro Setor, está havendo novas dimensões também. Na Europa, onde o Estado era extremamente presente e autoritário, o Terceiro Setor cresce de maneira bastante interessante. No Brasil, como nos países do Terceiro Mundo, acontece um fenômeno qualitativamente diferente. Não temos uma história democrática no sentido de o cidadão se sentir incluído na sociedade e o Terceiro Setor é o veículo disso, da inclusão social, econômica, etc. Para os brasileiros eu diria que há um valor agregado diferente por conta de nossa história. O curioso é que

Paulo Haus Martins disse que o brasileiro dribla as dificuldades e mantém organizada a sua sociedade civil

quanto mais desenvolvido o país, mais desenvolvida é a organização de sua sociedade civil. O Brasil ainda não é um país desenvolvido, mas tem se tornado cada vez mais organizado em sua sociedade civil. Essa então é a grande diferença brasileira no Terceiro Setor.

E com relação à qualificação da mão-de-obra para o Terceiro Setor?

O Terceiro setor é o veículo de participação do indivíduo na democracia das políticas públicas. Isso se manifesta de várias maneiras, por exemplo, quando você - ao invés de esperar que o poder público acabe com a miséria no País - se organiza para fazer programas sociais de inclusão social. Nosso despreparo não é exatamente na ação das atividades para o Terceiro Setor. Nosso despreparo é próprio das democracias não qualificadas, sem grandes experiências. Saber conviver em sociedade é o nosso grande desafio. Em matéria profissional, deve-se desvincular o Terceiro Setor de uma vertente político-partidária, para uma visão mais ética.

Há uma grande expectativa com relação a 2004, devido à mudança do Código Civil Brasileiro. Seria esse o princípio da legalidade para o Terceiro Setor?

Vejo uma total incompatibilidade do Código Civil com a história democrática brasileira. Ele foi escrito sob o regime militar. Tecnicamente o Código Civil é muito bom, mas, política e socialmente é um desastre. É uma experiência que a gente deveria enterrar. O Terceiro Setor vai conseguir legalidade com o Código Civil? Não, ao contrário. Terá uma incompreensão absoluta. O Código Civil é um zumbi. Foi apresentado em 1974, no auge da ditadura militar, e foi aprovado no século XXI. É um zumbi da ditadura e não ajuda em nada o Brasil nesse momento, muito menos o Terceiro Setor. O Terceiro Setor deve contar consigo próprio; com a própria capacidade de fazer política no Congresso Nacional e de, eventualmente, alterar o Código Civil, para que este seja adequado à Constituição Federal, esta sim democrática.